



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 25159/2008

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonerado, a seu pedido, Livia Maria de Almeida Teodósio das funções de minha secretária pessoal, para as quais foi nomeada pelo meu despacho n.º 8760/2005, de 16 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 21 de Abril de 2005.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 4 de Julho de 2008.

3 de Outubro de 2008. — O Ministro dos Assuntos Parlamentares, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 25160/2008

Ao abrigo do disposto nos artigos 10.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de Junho, e no n.º 5 do mapa anexo à Portaria n.º 700/2006, de 13 de Julho;

Obtida a aquiescência da interessada e a minha concordância:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do despacho n.º 11 539/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Junho de 2007, nomeio pelo período de três anos a conselheira de embaixada do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros Maria Clara Guerra de Borja Araújo Freitas Ramos para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de conselheiro técnico principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas, indo ocupar o lugar vago do Dr. Orlando Quintas Gomes Veiga, que cessou as suas funções em 20 de Setembro de 2008.

2 de Outubro de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Manuel Lobo Antunes*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 25161/2008

Considerando que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Ana Maria Barroso Silvério Marques Dá Mesquita licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Determino que:

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Ana Maria Barroso Silvério Marques Dá Mesquita, pelo período de um ano, com efeitos a 1 de Outubro de 2008.

30 de Setembro de 2008. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

Despacho n.º 25162/2008

Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Violeta Maria Couto do Rosário licença especial

para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Determino que:

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Violeta Maria Couto do Rosário, pelo período de um ano, com efeitos a 1 de Outubro de 2008.

30 de Setembro de 2008. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público

Aviso n.º 24789/2008

Concurso interno de acesso misto para a categoria de Assessor Principal

1. Por despacho de 2 de Outubro de 2008 da Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, encontra-se aberto concurso interno de acesso misto para a categoria de assessor principal da carreira técnica superior.

2. Nos termos dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi efectuado o procedimento de selecção para reinício de funções de pessoal na situação de mobilidade especial, através da oferta P20084517, no âmbito do qual não foram preenchidas as vagas.

3. Entidade empregadora e local de trabalho: Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, em Lisboa.

4. Número de postos de trabalho e áreas funcionais — nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, foram fixadas as seguintes quotas:

Quota interna — 2 postos de trabalho para funcionários pertencentes à carreira técnica superior, do mapa de pessoal da DGAEP, nas áreas funcionais constantes da Portaria n.º 350/2007, de 30 de Março.

Quota externa:

Ref.^a A — 1 posto de trabalho para funcionários, licenciados em direito, com experiência na área funcional de gestão de recursos humanos e financeira, enquadrada no artigo 8.º da Portaria n.º 350/2007, de 30 de Março;

Ref.^a B — 1 posto de trabalho para funcionários, licenciados em direito, com experiência na área funcional de regimes jurídicos de emprego, enquadrada no artigo 3.º da Portaria n.º 350/2007, de 30 de Março.

5 — Prazo de validade — o concurso visa o provimento dos postos de trabalho mencionados caducando com o respectivo preenchimento.

6 — Composição do júri:

Presidente — Dr.^a Alexandra Cristina Duarte Martins José da Silva Ribeiro, Directora de Serviços.

Vogais efectivos:

Dr.^a Maria do Céu Gomes de Freitas, Assessora Principal, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.^a Raquel Maria Cardoso de Matos Paisana, Assessora Principal

Vogais suplentes:

Dr.^a Ruth Maria Sousa Osório, Assessora Principal

Dr.^a Laurentina de Oliveira Graça, Assessora Principal

7 — Método de selecção — avaliação curricular.

8 — Sistema de classificação final — a classificação final, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da classificação obtida no método de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores. Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.